

A diversificação religiosa*

CESAR ROMERO JACOB... [ET AL.]

O PROCESSO de colonização do Brasil, baseado na convivência de brancos, índios e negros, fez com que houvesse, desde o período colonial, uma certa diversidade de religiões praticadas no país. Porém as religiões dos índios e dos negros e, mais tarde, o protestantismo dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, bem como as religiões orientais dos imigrantes japoneses em São Paulo, representavam pouco em termos de população, nesse país que se dizia *o maior país católico do mundo*.

Até os anos 1980, o perfil religioso da população brasileira pouco se altera: a religião católica mantém a sua supremacia herdada da época colonial. Entre 1970 e 1980, nenhuma mudança significativa aparece nos recenseamentos (Tab.1). Pode-se notar, no máximo, a duplicação do número de pessoas que se declaram sem religião, que passa de 0,8% a 1,6%, mas isso é tão pouco expressivo que se poderia perguntar se não se trataria de uma flutuação aleatória.

No entanto, entre 1980 e 1991, a supremacia católica começa a sofrer fissuras. Nesse período, os católicos perdem 5,7 pontos percentuais, enquanto os evangélicos aumentam 2,4 pontos e os sem religião apresentam um crescimento relativamente alto, de 3,1 pontos. O recenseamento demográfico de 2000 não apenas confirma a tendência observada ao longo da década anterior (1980-1991), mas sobretudo revela a sua aceleração: os católicos perdem 9,4 pontos percentuais e representam agora 73,9%, ou seja, cerca de três quartos da população do país. Ao contrário, os evangélicos crescem 6,6 pontos, sendo os pentecostais o principal motor desta transformação. Já os sem religião registram um aumento de 2,7 pontos.

Assim, o período de 1980 a 2000 se caracteriza por um amplo movimento de diversificação religiosa, ligado à redução do número de católicos (-15,1 pontos percentuais), a um forte aumento do número de evangélicos (+9 pontos), principalmente dos pentecostais, e a um expressivo crescimento das pessoas sem religião (+5,8 pontos). Para avaliar a diversidade religiosa, a entropia se mostra um índice bastante eficaz. A fim de calculá-la para cada uma das microrregiões do país, com os dados dos recenseamentos de 1980, 1991 e 2000, a população foi repartida em quatro grandes grupos: católicos, evangélicos de missão, evangélicos pentecostais e sem religião. Esses agrupamentos tiveram que ser realizados em função das diferenças na nomenclatura utilizada pelo IBGE nesses três recenseamentos. A série de mapas resultante desse índice permite avaliar as mudanças crono-espaciais da diversificação religiosa no Brasil, o que significa a perda de influência relativa da Igreja Católica.

Assim, em 1980, o país era maciçamente católico e a maior parte do território apresentava uma ausência total de diversidade. Observa-se aqui e ali algumas exceções a esta regra. A mais notável diz respeito a Rondônia onde os evangélicos representavam 17,2% da população, sendo 7,7% de evangélicos de missão e 9,5% de pentecostais, números bem mais elevados do que a média nacional. Observa-se um fenômeno do mesmo tipo, ainda que atenuado, no Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Mato Grosso. Assim, a Amazônia aparece como uma das regiões precoces da diversificação religiosa, marcada pela presença dos pentecostais.

Pode-se identificar, ainda, áreas de diversificação religiosa no interior dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Ao contrário do que acontece na Amazônia, os grupos religiosos responsáveis por essa diversificação não são, neste caso, os pentecostais, mas sim os evangélicos de missão, que apresentam 10,8% no Espírito Santo, e 4,5% no Rio de Janeiro. Sabe-se que, no caso capixaba, se trata de espaços ocupados por colonos de origem alemã e de religião evangélica de missão. Essa observação vale também para várias regiões dos estados da Região Sul: Toledo, no Paraná (13% de evangélicos de missão e 4,7% de pentecostais); Joinville, em Santa Catarina (17,4% e 4,2%), Ijuí (23,4% e 4,6%) e Gramado (25,5% e 1,5%), no Rio Grande do Sul.

Em resumo, o mapa do índice de entropia em 1980 mostra que a diversidade religiosa, antes das grandes mudanças que se darão nas duas décadas seguintes, dizia respeito apenas a algumas regiões do Brasil e estava ligada à colonização alemã do século XIX (evangélicos de missão no Sudeste e Sul) e à expansão das frentes pioneiras na Amazônia (evangélicos pentecostais em Rondônia).

O índice de diversidade calculado com os dados do recenseamento de 1991 mostra que a evolução da diversificação religiosa observada no país se relaciona, sobretudo, às regiões onde ela já ocorria antes, principalmente na Amazônia. Verifica-se, entretanto, um fenômeno de *contágio* em direção a espaços limítrofes até então pouco afetados por esse processo, como Goiás e Tocantins, ou o sul da Bahia, na fronteira com o Espírito Santo. Esse modo de difusão, no qual a proximidade desempenha um grande papel, não é de surpreender, uma vez que as religiões evangélicas têm como vetor pregadores que, de praça em praça, divulgam a sua religião, antes de fundar novos núcleos, que se consolidam pelo recrutamento de novos adeptos.

Um outro fenômeno é identificado no mapa de 1991, com a participação significativa de várias cidades grandes nesse movimento de diversificação religiosa: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Curitiba, a periferia de São Paulo e, sobretudo, o Rio de Janeiro. Essa diversificação nas metrópoles brasileiras se dá por um duplo movimento: de um lado, pelo rápido avanço do pentecostalismo, principalmente em Belo Horizonte (7,2%), Rio de Janeiro (8,3%), periferia de São Paulo (8,6%), Goiânia (8,9%), Curitiba (9,6%) e, de outro, pelo crescimento do número de pessoas que se declaram sem religião, sobretudo na periferia de São Paulo (8%), em Recife (9,7%), em Salvador (10,2%) e no Rio de Janeiro (14,8%).

Tabela 1 – População total e grupos religiosos no Brasil

Anos	População Total	Católicos	Evangélicos de Missão	Evangélicos Pentecostais	Evangélicos Total	Outras Religiões	Sem Religião
1970	93.470.306	85.775.047 91,8	–	–	4.883.106 5,2	2.157.229 2,5	704.924 0,8
1980	119.009.778	105.860.063 89,0	4.022.330 3,4	3.863.320 3,2	7.885.650 6,6	3.310.980 3,1	1.953.085 1,6
1991	146.814.061	122.365.302 83,3	4.388.165 3,0	8.768.929 6,0	13.157.094 9,0	4.345.588 3,6	6.946.077 4,7
2000	169.870.803	125.517.222 73,9	8.477.068 5,0	17.975.106 10,6	26.452.174 15,6	5.409.218 3,2	12.492.189 7,4

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, IBGE.

Já em 2000 a maior parte do país se incorpora ao quadro de diversificação religiosa. As mudanças mais notáveis foram registradas no litoral nordestino, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, compreendendo as capitais João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador. Observam-se ainda nesse mapa outros espaços de *con-tágio*, como várias microrregiões do interior da Bahia. A diversificação religiosa avança também na Região Centro-Oeste, inclusive no Distrito Federal. Integran-do ainda este espaço de diversidade religiosa situam-se o Triângulo Mineiro, o estado de São Paulo, a parte mais desenvolvida do Paraná, a região industrial do nordeste de Santa Catarina até Florianópolis, bem como o sul do Rio Grande do Sul. Além dessas áreas, outras capitais continuam a se diversificar, principalmente Belém, Manaus, São Luís, Goiânia, Belo Horizonte e Campo Grande.

Somente alguns bastiões da Igreja Católica resistem ainda a esse processo de diversificação religiosa. Tal situação é observada, principalmente, no sertão nordestino e na maior parte de Minas Gerais, mas também no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Do que foi observado nos três mapas de diversificação religiosa, pode-se concluir que esse processo, que teve início nos anos 1980, está relacionado a três elementos fundamentais da dinâmica da ocupação do território brasileiro: a preexistência de espaços não-católicos ligados à história do povoamento; o avanço de frentes *pioneiras*, onde os pastores pentecostais encontram terreno favorável junto a uma população migrante desenraizada; e a urbanização acelerada que favorece o surgimento de novas religiões, ou a difusão de religiões vindas do exterior.

* Texto extraído do livro *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, de Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez e Violette Brustlein. A obra, publicada em 2003, é uma co-edição da Ed. PUC-RJ e Ed. Loyola, com o apoio da CNBB.